

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
---------------------------	-----------

CAPÍTULO I REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM FACE DOS PRINCÍPIOS BASILARES DA INSTITUIÇÃO.....	31
---	-----------

Eliane Araque dos Santos

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRERROGATIVAS E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	39
--	-----------

Ronaldo Curado Fleury

1. Prerrogativas dos Membros do Ministério Público da União.....	39
1.1. Prerrogativas institucionais	40
1.2. Prerrogativas processuais	44
2. Vedações.....	50
3. Conselho Superior.....	55
4. Conclusão.....	60

CAPÍTULO II DIREITOS HUMANOS

3 O PAPEL DO CNMP COMO ÓRGÃO INDUTOR DA UNIDADE NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS....	63
---	-----------

Jarbas Soares Júnior e Luciano Coelho Ávila

1. O Conselho Nacional do Ministério Público e suas Comissões	63
2. A comissão de defesa dos direitos fundamentais do CNMP.....	64
3. O princípio constitucional da eficiência administrativa e a defesa dos direitos fundamentais.....	70
4. Referências	71

4 A OIT E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO 73

Silvio Beltramelli Neto

1. Introdução 73
2. Panorama histórico: da formação às “novas políticas normativas” 74
3. Convenções e Recomendações..... 79
4. Mecanismos de controle..... 81
5. Considerações finais 87
6. Referências bibliográficas 89

CAPÍTULO III

PRINCIPAIS TEMAS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES DO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO: HETERONOMIA E AUTONOMIA NA PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 93

Ricardo José Macêdo de Britto Pereira

1. “Fontes do direito” e os vários significados da expressão..... 93
2. Algumas classificações das fontes do Direito 97
3. A Constituição como base da existência e atuação do Ministério Público do Trabalho..... 99
4. A supremacia da Constituição..... 100
5. Legalidade e constitucionalidade 102
6. Supremacia da Constituição e os ramos do Direito 105
7. A Constitucionalização do Direito do Trabalho..... 105
8. A incorporação dos tratados internacionais sobre direitos humanos..... 108
9. Fontes do Poder Legislativo..... 111
10. Fontes do Poder Executivo 113
11. Fontes do Poder Judiciário 114
12. Convenções e acordos coletivos de trabalho 116
13. A relação entre instrumentos coletivos e lei..... 118
14. Convenções e acordos coletivos e os contratos individuais de trabalho 121
15. O regulamento da empresa 122
16. Considerações finais..... 123
17. Bibliografia 125

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

6 FORMOL E SÍLICA: DESAFIOS PARA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	129
<i>Ana Luisa Zorzenon Goulart Villela e Mariana Flesch Fortes</i>	
1. Introdução	129
2. Formol	130
3. Sílica	133
4. Bibliografia	136
7 OS TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	137
<i>Ileana Neiva Mousinho</i>	
1. Introdução	137
2. Compreendendo o processo de sofrimento mental relacionado ao trabalho e sua relação com a “Reestruturação produtiva”	143
3. Transtornos mentais e metas de produtividade	146
4. Transtornos mentais e a insegurança nos locais de trabalho.....	148
5. Transtornos mentais e terceirização.....	150
6. Transtornos mentais e ambiente de trabalho com exposição a agentes químicos.	153
7. Gerencialismo, precarização e desgaste mental no setor público.....	155
8. Como construir um modelo de gestão que não lesione a saúde mental do trabalhador. A consideração aos fatores psicossociais do trabalho e a construção de termos de ajustamento de conduta com esse referencial.....	156
9. Referências bibliográficas.....	165
8 ENTRE A VIDA E A MORTE: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PELO BANIMENTO DO AMIANTO NO BRASIL	169
<i>Philippe Gomes Jardim</i>	
1. As primeiras linhas	169
2. Os contornos do debate do amianto.....	171
3. A realidade jurídica do amianto no brasil.....	177
4. A ação institucional do Ministério Público do Trabalho	186

9 NORMAS DE PROTEÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO. 195

Mariana Casagrande

1. Introdução 195
2. Meio Ambiente do Trabalho..... 195
 - 2.1. Meio ambiente do trabalho: definições 195
 - 2.2. Meio ambiente do trabalho: direito fundamental..... 197
 - 2.3. A proteção internacional do meio ambiente de trabalho 199
 - 2.4. Legislação e instrumentos de proteção nacional do meio ambiente do trabalho 204
3. Conclusão 212
4. Referências 212

TRABALHO ESCRAVO

10 O NOVO DIREITO DO TRABALHO: A ERA DAS CADEIAS PRODUTIVAS. UMA ANÁLISE DO PROTOCOLO ADICIONAL E DA RECOMENDAÇÃO ACESSÓRIA À CONVENÇÃO 29 DA OIT SOBRE TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO 217

Luís Antônio Camargo de Melo, Cristina Aparecida Ribeiro Brasileiro, Jonas Ratier Moreno e Luiz Carlos Michele Fabre

1. Objetivos Institucionais 218
2. Internacionalização de práticas nacionais 218
3. Conceito de trabalho forçado ou obrigatório 219
4. Análise econômica dos direitos 222
5. Substituição do paradigma do trabalho proibido pelo paradigma do *non refoulement* quanto ao migrante vitimado 223
6. *Compliance* trabalhista: intercorrências de trabalho escravo em cadeias produtivas e responsabilidade jurídica do poder econômico relevante..... 227
7. Conclusão 233

11 RECENTES AVANÇOS LEGISLATIVOS NO COMBATE À ESCRAVIDÃO 235

Christiane V. Nogueira, Luiz Carlos Michele Fabre, Renan B. Kalil e Tiago Muniz Cavalcanti

1. Introdução e contextualização 235

1.1.	O processo abolicionista colonial	235
1.2.	O processo abolicionista contemporâneo	236
2.	Recentes avanços legislativos no combate à escravidão.....	238
2.1.	A Lei 10.803/2003: uma correta definição da escravidão contemporânea...	238
2.1.1.	Bem jurídico tutelado.....	238
2.1.2.	Trabalho forçado.....	239
2.1.3.	Trabalho com restrição de locomoção em razão de dívidas.....	240
2.1.4.	Trabalho em jornada exaustiva.....	241
2.1.5.	Trabalho em condições degradantes.....	241
3.	A Lei Estadual Paulista 14.946/2013	242
3.1.	O espírito da lei (<i>mens legis</i>)	242
3.2.	As razões de ordem econômica que empolgam a erradicação	243
3.3.	Princípios da Lei 14.946/2013	244
3.4.	Valores Fundamentais colocados em xeque	245
4.	Emenda Constitucional 81/2014	246
4.1.	Breve histórico	246
4.2.	Expropriação: mais um instrumento para a política de erradicação do trabalho escravo	246
4.3.	Balizas para a aplicação da EC 81	248
4.4.	Análise da proposta de regulamentação da Emenda.....	249

12 VELHOS E NOVOS PROBLEMAS DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL 253

Débora Tito Farias

1.	Introdução	253
2.	Considerações sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo. Breve Histórico da Legislação Internacional e Nacional.	254
3.	Conferência Internacional do Trabalho da OIT de 2014. Nova exegese contra o Trabalho Escravo Contemporâneo	260
3.	Escravidão “perpetuada”: reflexão acerca do trabalho rural no Brasil	266
4.	Crescimento econômico: O Brasil como um Eldorado e as consequências sócio-laborais no entorno. Trabalho escravo Urbano. Tráfico de pessoas e as origens exploratórias do Aliciamento. Políticas Públicas.	268
5.	Referências Bibliográficas	272

FRAUDES TRABALHISTAS

13 TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM NA JURISPRUDÊNCIA DO TST. 275*Luis Antonio Camargo de Melo e Adriane Reis de Araujo***14 TERCEIRIZAÇÃO E O ATIVISMO JUDICIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS 289***José de Lima Ramos Pereira*

1. Introdução.....	289
2. Casos concretos de combate do MPT da terceirização e seus efeitos danosos.....	290
3. Dados sobre a Terceirização no Brasil.....	291
4. Origem.....	294
5. Terceirização no Brasil – Dados Estatísticos – Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha – Dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. DIEESE/CUT – Setembro/2011).....	296
6. Terceirização lícita – limites assentados na Súmula 331 do TST.....	296
7. Terceirização na Administração Pública.....	298
8. Terceirização Ilícita.....	299
9. Direitos Fundamentais Sociais e a Terceirização.....	300
10. A Terceirização e o STF.....	305
11. Ativismo Judicial.....	307

15 SOLIDARISMO CONTRATUAL E ATUAÇÃO DO MPT- FUNÇÃO SOCIAL NAS CADEIAS CONTRATUAIS 313*Afonso de Paula Pinheiro Rocha e Antonio Gleydson Gadelha de Moura*

1. Introdução.....	313
2. Solidarismo no direito contratual atual.....	314
3. Implicações do solidarismo e da concepção de função social para o direito contratual privado.....	316
3.1 Contratos coligados e redes contratuais.....	317
3.2 Casos concretos.....	319
4. Posição dominante como instituto derivado do solidarismo e da concepção de função social.....	321
4.1. Posição dominante.....	322
4.2. Algumas características do abuso da posição dominante no direito do trabalho – o caso específico da terceirização.....	325

5. Conclusão	327
6. Referências	328
16 MAIS MÉDICOS, MENOS DIREITOS: CRÔNICA DE UM PROJETO PRECARIZANTE.....	331
<i>Sebastião Vieira Caixeta</i>	
1. Introdução	331
2. Competência da Justiça do Trabalho para julgar a lide relativa ao projeto mais médicos para o Brasil.....	333
3. Especial proteção ao trabalho humano.....	338
4. Relação de trabalho lato senso protegida constitucionalmente.....	340
5. Desvirtuamento da relação de trabalho x Curso de especialização.....	342
6. Médicos cubanos: tratamento desigual em relação aos demais participantes do projeto e necessidade de observância da legislação brasileira	354
7. Conclusões	358
8. Referências	360
17 ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA JORNADA DE TRABALHO	363
<i>Alpiniano do Prado Lopes</i>	
1. Introdução	363
2. Dos diversos tipos de Jornada.....	364
2.1. A jornada de 12 x 36 horas	364
2.2. Jornada Variável móvel.....	366
2.3. Jornada a tempo Parcial	367
2.4. Teletendimento e Telemarketing.....	367
2.5. Teletrabalho.....	368
2.6. Turno ou Revezamento	370
2.7. Jornada de 24 x 48 e a Jornada 24 x 72 horas.....	371
2.8. Banco de Horas	371
2.9. Horas <i>in itinere</i>	372
2.10. Semana Espanhola	373
2.11. Semana Inglesa.....	373
3. Dos trabalhadores não sujeitos ao controle de Jornada	373
4. Dos intervalos na Jornada de Trabalho.....	375
5. Conclusões.....	378

CRIANÇA E ADOLESCENTE

18 TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO: A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O SISTEMA DE JUSTIÇA DO TRABALHO 381

Elisiane Santos e Rafael Dias Marques

1. Introdução 381
2. Descabimento de autorização judicial para trabalho antes da idade mínima, à exceção do trabalho infantil artístico. 383
3. Da competência da Justiça do Trabalho para processar pedidos de autorização judicial para trabalho infanto-juvenil artístico..... 388
 - 3.1. Do Trabalho Infantil Artístico. Caracterização de relação de trabalho. Necessidade de proteção pela Justiça do Trabalho 389
 - 3.2. Da Competência da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional 45/2004 393
4. Parâmetros mínimos de proteção do trabalho artístico da criança e do adolescente..... 402
5. Conclusões..... 405
6. Bibliografia 406

19 O SINASE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM EM CONFLITO COM A LEI: A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS..... 407

Mariane Josviak

1. Direitos humanos e Fundamentais 407
2. A Aprendizagem Profissional..... 409
3. A profissionalização e o SINASE..... 410
4. Recursos 411
5. A utilização de crianças e adolescentes como uma das piores formas de trabalho infantil..... 415
6. Conclusão 417
7. Referências Bibliográficas..... 418

20 O DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA E A REVISTA DE BOLSAS E OUTROS OBJETOS DO TRABALHADOR NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 421

Ramon Bezerra dos Santos

1. Introdução: delimitação do propósito deste trabalho 421

2. As “revistas íntimas” de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).....	423
3. Análise das decisões das turmas do TST sobre a revista de bolsas e outros objetos do trabalhador no ambiente de trabalho	425
4. Análise das decisões da SDI do TST sobre a revista de bolsas e outros objetos do trabalhador no ambiente de trabalho	431
5. Uma tentativa de definição do que seria uma “revista íntima”	434
6. Reflexões derradeiras	435

LIBERDADE SINDICAL

21 REINVENTANDO A NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO: DIAGNÓSTICOS E PROPOSIÇÕES 439

Paulo Douglas Almeida de Moraes

1. Introdução	439
2. O setor sucroalcooleiro e a história do Brasil.....	440
3. Evolução tecnológica e seu impacto no ambiente de trabalho do setor sucroalcooleiro	440
4. Os aspectos econômicos impactantes na negociação coletiva no setor	442
5. E os sindicatos?	443
5.1. Inconsistências do sistema sindical brasileiro	443
5.2. Peculiaridades do setor sucroalcooleiro	445
5.3. A evolução dos principais bens jurídicos a serem protegidos no setor sucroalcooleiro.....	446
6. A atuação institucional dos sindicatos e do estado no setor sucroalcooleiro	447
6.1. A atuação dos sindicatos.....	447
6.2. A atuação da fiscalização do trabalho e da Presidência da República.....	451
6.3. A atuação do Ministério Público do Trabalho	451
7. Conclusão	453

22 DEMOCRACIA SINDICAL E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 455

Rafael Foresti Pego

1. Introdução	455
2. Liberdade sindical e democracia.	457
3. Democracia sindical.	459
4. Atuação do Ministério Público do Trabalho.	469

5. Considerações finais.....	473
6. Obras Consultadas.....	475

TRABALHO PORTUÁRIO E AQUAVIÁRIO

23 A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO AQUAVIÁRIO DIANTE DAS EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS OPERANDO EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS	479
--	------------

Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho

1. Introdução	479
2. O problema.....	480
3. Nacionalização do Trabalho Aquaviário nas Embarcações Estrangeiras.....	485
4. Controle das Embarcações Estrangeiras Autorizadas a Operarem em ABs.....	489
5. Conclusão	492
6. Referências Bibliográficas.....	493

24 O HISTÓRICO DA ALTERAÇÃO NORMATIVA DO SETOR PORTUÁRIO E TEMAS SENSÍVEIS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	495
--	------------

Maurício Coentro Pais de Melo

1. Introdução	495
2. A utilização da Medida Provisória para regulamentar o Setor Portuário	496
3. A Alteração Normativa iniciada pela Medida Provisória n. 595/2012 e concluída pela Lei 12.815/2013. Temas de Atuação do Ministério Público do Trabalho.....	498
3.1. A Ausência da Guarda Portuária no texto da Medida Provisória n. 595/2012 e sua Inclusão na Redação Final da Lei 12.815/2013.....	499
3.2. O Órgão Gestor de Mão de Obra e sua Intervenção nas relações entre o Capital e Trabalho	501
3.3. A Vinculação Direta dos Trabalhadores Portuários Avulsos das Funções de Capatazia e Bloco	503
3.4. As Formas Legítimas de Utilização da Mão de Obra por parte dos Terminais de Uso Privativo - TUP.....	504
4. Conclusão	507
5. Referências Bibliográficas.....	508

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**25 A ADI 3395, A COMPETÊNCIA DA JT E AS ATRIBUIÇÕES DO MPT 511***Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro*

1. Introdução	511
2. A ADI 3395 e a Competência da Justiça do Trabalho	512
3. Crítica da Decisão Cautelar da ADI 3395.....	516
4. Consequências Jurídicas Imediatas	517
5. Modulação dos Efeitos da ADI 3395.....	521
5.1. Meio Ambiente do Trabalho na Administração Pública	521
5.2. Responsabilidade Subsidiária pelos Débitos de Terceirizadas	523
5.3. Fraude ao Princípio do Concurso Público	524
5.4. Matéria Sindical de Servidor Público	526
6. A ADI 3395 e a Atuação do Ministério Público do Trabalho	527
7. Conclusão	530
8. Bibliografia	531

26 SAÚDE PÚBLICA E TERCEIRIZAÇÃO 533*Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro*

1. Prestação de Trabalho Intermediado à Administração Pública	533
2. Saúde e Prestação Estatal	536
3. Reforma do Estado, Organizações Sociais e Organizações Sociais de Interesse Público.....	538
4. Atuação do Ministério Público do Trabalho.....	549
5. Conclusão	555
6. Bibliografia	556

CAPÍTULO IV**INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO****27 O RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS E PROCEDIMENTAL DE ARQUIVAMENTO – CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS À LUZ DOS ENTENDIMENTOS DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 561***Afonso de Paula Pinheiro Rocha*

1. Introdução	561
---------------------	-----

2. Recepção de denúncias – fontes recorrentes de notícias de fato e sua dinâmica e tratamentos peculiares.....	562
2.1. Recepção de informações/denúncias – Notícias de Fato.....	562
2.2. Aferição de Prevenção.....	563
2.3. Avaliação da Notícia de Fato à luz da origem.....	564
2.3.1. Trabalhador individual ou grupos de trabalhadores.....	565
2.3.2. Sindicatos.....	565
2.3.3. Fiscalização do Trabalho.....	566
2.3.4. Justiça do Trabalho e demais órgãos públicos.....	566
3. Ampliação do conjunto informacional antes da apreciação prévia	567
3.1. Sistemas internos do MPT.....	567
3.2. Litigiosidade difusa, Banco Nacional de Devedores Trabalhistas e o PJe....	568
3.3. Imprensa Nacional, Google e outras consultas relevantes	569
3.4. Enfim... Apreciação Prévia.....	570
4. Arquivamentos – procedimental a luz dos precedentes da CCR.....	570
4.1. Tipos de arquivamentos	570
4.2. Arquivamentos - Orientações e precedentes da CCR.....	572
4.3. Indeferimento Liminar e a questão da relevância social – Critérios para uma escolha trágica	574
5. Ventos de mudança – propostas de alteração em curso	577
6. Conclusão e seleção de consultas da CCR.....	578

28 A NOVA REDAÇÃO DA OJ 130 DA SBDI-2/TST: ALGUMA NOVIDADE?..... 579

Adriane Reis De Araujo

1. Introdução	579
2. Revisão de conceitos	580
3. As ações coletivas no processo trabalhista: momento inicial até a redação da OJ 130/SBDI-2, em 04/05/2004.....	583
4. As alterações promovidas pela nova redação da OJ 130/SBDI-2	588
4.1. (Cabeçalho) – Local do Dano.....	588
4.2. (Inciso I) - A extensão do dano na definição do órgão competente	589
4.3. (Incisos II e III) - Definição de dano local, regional, suprarregional e nacional	589
4.4. (Inciso IV) – Prevenção.	593
5. Efeitos subjetivos da coisa julgada.....	593

6. Conclusão.....	596
29 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	597
<i>Cesar Henrique Kluge</i>	
1. Introdução	597
2. Cenário atual: entendimento predominante na Suprema Corte	597
3. Ponderações ao posicionamento adotado pela Suprema Corte	602
4. Conclusão.....	607
30 A PRODUÇÃO DE PROVA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL SOBRE A DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. O PAPEL DO INQUÉRITO CIVIL E A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA.....	609
<i>Ricardo José das Mercês Carneiro</i>	
1. Os direitos fundamentais no palco central das relações de trabalho.....	609
2. O princípio da não discriminação e seus reflexos nas modernas relações de trabalho.....	613
3. A prova da discriminação seria a nova prova diabólica?	617
4. A tutela jurisdicional coletiva e o enfrentamento das diversas formas de discriminação pelo o Ministério Público do Trabalho. Aspectos extrajudiciais e judiciais	620
4.1. As denúncias anônimas e a justa causa para instaurar o inquérito civil em matéria de discriminação nas relações de trabalho.....	621
4.2. Uma breve introdução sobre a produção de prova no inquérito civil e seu valor probatório	622
4.3. O valor da prova indiciária na formação do convencimento do membro do <i>Parquet</i> e para a propositura de demandas judiciais.....	625
5. A atuação do MPT como órgão interveniente em questões afetas à discriminação.....	629
6. Conclusões.....	631
31 ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL TRANSINDIVIDUAL TRABALHISTA	633
<i>Cristiano Lourenço Rodrigues</i>	
1. Introdução	633

2.	Princípios regentes do microsistema processual coletivo de tutela de direitos .	634
3.	A força normativa dos princípios e o processo trabalhista	639
4.	A inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 7.347/85.....	644
5.	A natureza das regras de competência para a propositura da ação civil pública .	646
6.	O objeto dos pedidos mediato e imediato da ação civil pública.....	647
7.	A legitimidade ativa e passiva na ação civil pública	648
8.	Intervenção de terceiros na ação civil pública.....	651
9.	A conexão, a continência e a litispendência na ação civil pública	653
10.	A técnica antecipatória nas ações civis públicas para a tutela preventiva e reparatória dos direitos e interesses coletivos.....	654
11.	Coisa julgada e competência.....	656
12.	Conclusão	657
13.	Bibliografia	658

32 MEDIAÇÃO NAS MODALIDADES “PRÓPRIA” E “IMPRÓPRIA” NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO..... 659

Cláudio Dias Lima Filho

1.	Introdução	659
2.	Mediação: conceito, alcance e normatização no âmbito trabalhista	660
3.	Mediação no âmbito do Ministério Público do Trabalho.....	663
4.	Mediação “própria” no âmbito do MPT.....	666
5.	Mediação “imprópria” no âmbito do MPT	669
6.	Eficácia do termo ou ata de mediação	675
7.	Considerações finais.....	677
8.	Referências	678

33 A EXECUÇÃO TRABALHISTA SOB UMA PERSPECTIVA HUMANISTA. O DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO RESGUARDO EM FACE DOS ATOS DA AUTORIDADE EXECUTIVA..... 679

Tiago Muniz Cavalcanti

1.	Introdução	679
2.	Bosquejo histórico: as origens do devido processo legal	680
3.	A vertente formal do devido processo legal.....	681
4.	O devido processo legal substantivo	684
5.	O devido processo legal na execução trabalhista.....	686

6.	Análise de caso: os desmandos da autoridade executiva do processo 0068600-31.1998.5.02.0465.....	689
6.1.	A vertente fática: uma história com final infeliz.....	689
6.2.	A vertente jurídica: o atropelo do devido processo legal.....	690
6.2.1.	Nulidade decorrente da não intervenção do Ministério Público do Trabalho.....	691
6.2.2.	Irregularidade na intimação da penhora.....	692
6.2.3.	Inobservância à meação do cônjuge do devedor.....	693
6.2.4.	A impenhorabilidade do bem de família e a possibilidade de reconhecê-la de ofício.....	693
6.2.5.	Violação a direitos personalíssimos de terceiro.....	694
7.	Conclusão.....	695
8.	Bibliografia.....	695
34	REVISÃO E ANULAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA NA ÁREA TRABALHISTA	697
	<i>Raimundo Simão de Melo</i>	
1.	Introdução.....	697
2.	Iniciativa de revisão do TAC.....	698
3.	Abrangência da revisão ou anulação de TAC.....	699
4.	Formas e lugar da revisão ou anulação do TAC.....	699
5.	Fundamentos para o pedido de revisão ou anulação de TAC.....	700
6.	Assinatura de TAC e segurança jurídica.....	701
7.	Revisão e anulação de TAC no âmbito do MPT.....	701
8.	Legitimidade (i) do MPT para responder judicialmente a pedido de revisão ou desconstituição de TAC.....	709
9.	Competência jurisdicional para anular TAC tomado na esfera trabalhista.....	709
10.	Bibliografia.....	712
35	INTERDITOS PROIBITÓRIOS E DIREITO FUNDAMENTAL DE GREVE.....	715
	<i>Ronaldo Lima dos Santos</i>	
1.	Interdito proibitório e a competência da Justiça do Trabalho após a EC 45/2004.....	715
2.	Interdito proibitório: conceito e objeto.....	718
3.	Exercício do direito de greve: proteção da posse x tutela da atividade empresarial.....	721

4. Interdito proibitório como ato antissindical: reminiscência das injunções do direito norteamericano.....	725
5. Incompetência das Varas do Trabalho para interditos proibitórios em caso de greve: competência dos Tribunais Trabalhistas para lides coletivas.....	730
6. Existência de instrumento processual próprio e específico na Justiça do Trabalho.....	733
7. Referências Bibliográficas.....	736
36 REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	737
<i>Bruno Gomes Borges da Fonseca</i>	
1. Introdução	737
2. Advertência inicial: temos um novo CPC e não uma nova CLT ou um Código De Processo Do Trabalho	739
3. O Novo CPC e o perfil constitucional do Ministério Público Brasileiro	741
4. Título sobre o Ministério Público no novo CPC	741
5. Cooperação do Ministério Público Do Trabalho com a duração razoável da tramitação processual e a prolação de decisão meritória.....	743
6. Punição dos agentes do Ministério Público do Trabalho por inobservância de deveres processuais	745
7. Conciliação e mediação como mecanismos destacados no novo CPC	745
8. Nulidade processual por falta de intimação do Ministério Público do Trabalho..	747
9. Tutela inibitória e sua relevância para a atuação do Ministério Público do Trabalho.....	748
10. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor ação rescisória	748
11. Incidente de resolução de demandas repetitivas e sua aplicação no processo do trabalho	749
12. <i>Amicus curiae</i> e sua aplicação no processo do trabalho	751
13. Considerações finais.....	752
14. Referências	752